

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.749.361 - MG (2018/0155039-7)

RELATORA	: MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE	: ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADOR	: FÁBIO MURILO NAZAR E OUTRO(S) - MG076955
AGRAVADO	: MARIA APARECIDA DE CASTRO NAVES
AGRAVADO	: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA
REPR. POR	: JOSE DIONISIO DE OLIVEIRA
AGRAVADO	: MARIA ANTONIA MONTEIRO
AGRAVADO	: NILSON LUZ DE MELO
AGRAVADO	: JOSE MARIA DE OLIVEIRA MONTEIRO
AGRAVADO	: RANERIO LUZ DE MELO
AGRAVADO	: AGLAIA DE OLIVEIRA MONTEIRO
AGRAVADO	: RANULFO DE OLIVEIRA MONTEIRO
AGRAVADO	: MARIA JOSE DELGADO FAGUNDES
AGRAVADO	: GILSON DELGADO FAGUNDES
AGRAVADO	: MAXWELL DELGADO FAGUNDES
AGRAVADO	: AUGUSTO DELGADO FAGUNDES
AGRAVADO	: EMERSON DELGADO FAGUNDES
AGRAVADO	: PEDRO FAGUNDES JUNIOR
AGRAVADO	: PEDRO LUIZ FELICIO
AGRAVADO	: ALCIDES LIDUARIO FELICIO
AGRAVADO	: FRANCINE LEAL GRANDE
AGRAVADO	: FERNANDO SAMUEL LEAL GRANDE
AGRAVADO	: MARILISA FELICIO GRANDE VERGANI
AGRAVADO	: MARISTELA FELICIO GRANDE
AGRAVADO	: BEATRIZ SILVA FELICIO GRANDE (MENOR)
AGRAVADO	: JOSMAR FELICIO GRANDE FILHO (MENOR)
REPR. POR	: LILIANE PAULA SILVA DOS SANTOS
REPR. POR	: MARIA GUARACIABA DE MELO AGUIAR
REPR. POR	: DIMAS DE MELO BRAZ
REPR. POR	: ANTONIO SERGIO DE MELO BRAZ
REPR. POR	: MARINA DE FREITAS MACIEL
REPR. POR	: MARIANA DINIZ BRAZ
REPR. POR	: MARIA ZULMIRA DE MELO MODENESI
REPR. POR	: MANUELA DINIZ BRAZ
REPR. POR	: MARIA DE LOURDES DE MELO BRAZ
REPR. POR	: MARIA GUARACIABA DE MELO AGUIAR
REPR. POR	: MARCO AURELIO ROCHA ALKMIN
REPR. POR	: SILMARA ILZA DA CONCEICAO ROCHA ALKMIN
REPR. POR	: MARIA APARECIDA MACEDO
REPR. POR	: CECILIA BRUZADELLI MACEDO MOSCARDINI
ADVOGADOS	: LUCIANA SEABRA DE GODOI BARACHO - MG072361
	JOSE ALFREDO DE OLIVEIRA BARACHO JUNIOR E OUTRO(S) -
	MG055150N

Superior Tribunal de Justiça

INTERES. : INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO MG
PROCURADOR : ALESSANDRO FERNANDES BRAGA E OUTRO(S) - MG072065

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. PRECATÓRIO. JUROS DE MORA ENTRE A DATA DA EXPEDIÇÃO DO OFÍCIO REQUISITÓRIO E A DATA DO VENCIMENTO DO PRECATÓRIO. PAGAMENTO FORA DO PERÍODO DE GRAÇA. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS, NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCONFORMISMO. ACÓRDÃO BASEADO EM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO DA MATÉRIA, NO MÉRITO, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL, SOB PENA DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Mandado de Segurança, impetrado pelos agravados, apontando, como autoridade coatora, o Juiz Conciliador da Central de Conciliação de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, objetivando a concessão de segurança, para determinar a incidência de juros moratórios, no período compreendido entre a expedição do ofício requisitório e a data do vencimento do precatório.

III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 1.022 do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

IV. Na forma da jurisprudência do STJ, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 23/04/2008; REsp 1.672.822/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017; REsp 1.669.867/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017.

V. O Tribunal de origem decidiu a controvérsia acerca da incidência de juros de mora entre a data da expedição do ofício requisitório e a data do vencimento do precatório sob enfoque eminentemente constitucional (§ 5º, do art. 100 da Constituição Federal e Súmula Vinculante 17/STF), o que torna inviável a análise da questão, no mérito, em sede de Recurso Especial, sob pena de usurpação da competência do STF. Precedentes do STJ (AgRg no AREsp

Superior Tribunal de Justiça

584.240/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/12/2014; AgRg no REsp 1.473.025/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 03/12/2014).

VI. O entendimento desta Corte Superior de Justiça orienta-se no sentido de que fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial, quando a tese sustentada já foi afastada, no exame do Recurso Especial, pela alínea **a** do permissivo constitucional. Nesse sentido: STJ, AgInt no AREsp 932.880/PB, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/11/2016.

VII. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausente, ocasionalmente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora